

DOSSIÊ FORMOSA, GOIAS



OBSERVA-CI
Observatório de Compras Institucionais

2023

Equipe Cegafi

Allan Ferreira
Bárbara Passos
Boleslaw Skowronski
Diana Dayara
Enrique Istvan
Fabiano Ruas
Giuliana Cadorin
Luis Felipe
Mário Ávila
Nayara Carvalho
Raphael Resende
Robson Santos
Yan Souza

Agradecemos à UnB - Planaltina pelo apoio intelectual e à FAPDF pelo apoio financeiro ao projeto intitulado: Obserlatório de Dinâmicas territoriais e Ambiente de autodeclaração de informações para sistemas agroalimentares sustentáveis: Plataforma Ride SAN DF+, aprovado por meio do Edital: CHAMADA 03/2022 GOV LEARNING - VINCULADA AO EDITAL 12/2022 - PROGRAMA FAPDF LEARNING.



O Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar



O Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar é composto por um grupo de pesquisadores e analistas vinculados à Universidade de Brasília, na Faculdade UnB Planaltina, que executa projetos relacionados à gestão e inovação no meio rural, especialmente no Cerrado, Amazônia e Caatinga.

Trabalhamos com uma equipe multidisciplinar com formação e experiência em políticas públicas, ciências da natureza, engenharia ambiental, gestão do agronegócio, geotecnologias e gestão da informação.

Desde 2013, desenvolvemos iniciativas e soluções em gestão, tecnologia e inovação voltadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento rural. Já produzimos aplicativos para smartphones, soluções em georreferenciamento, metodologias para coleta, processamento e análise de dados, relatórios técnicos e didáticos e audiovisuais institucionais.

Formosa

Estado: Goiás

População estimada: 115.669 (2022)

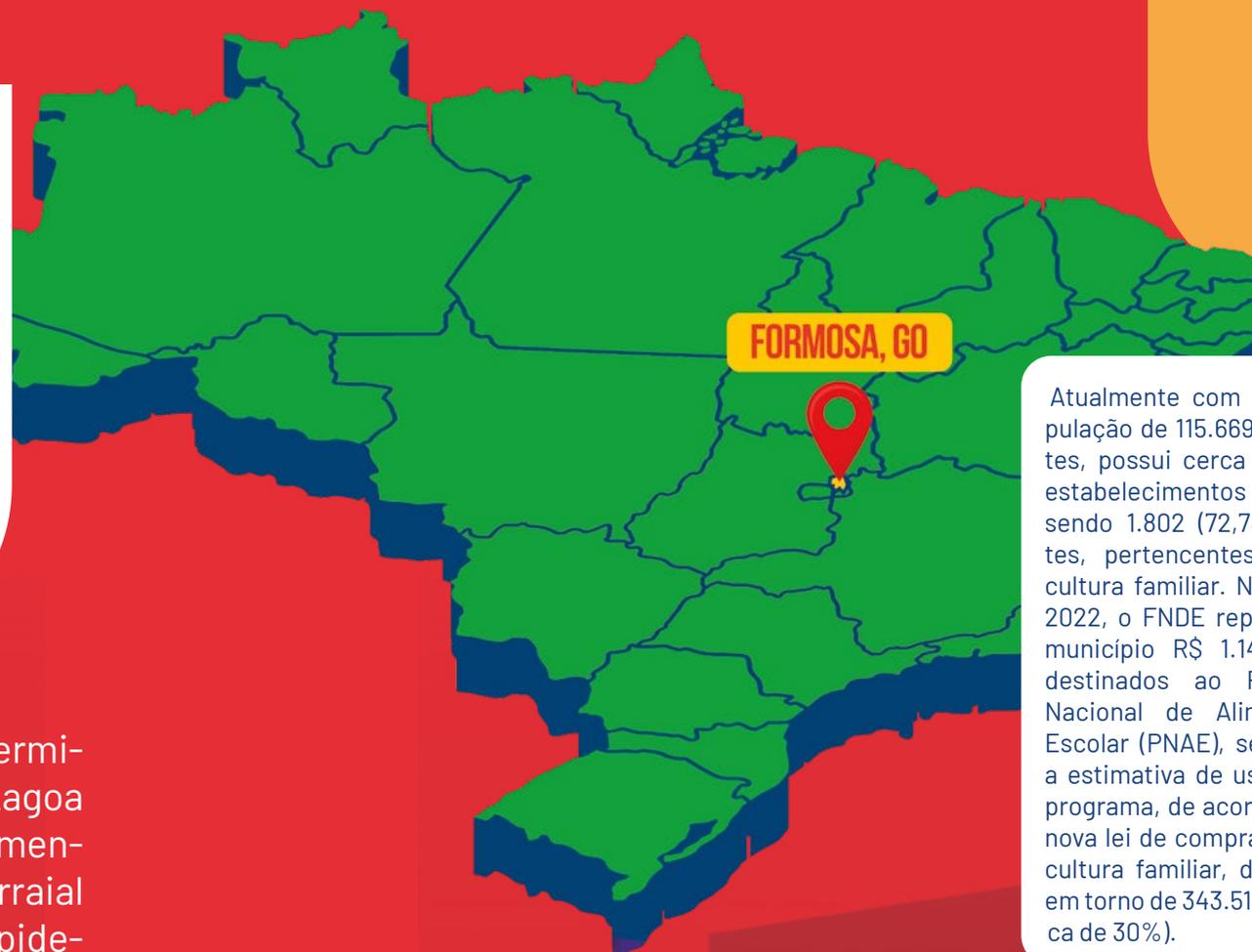
PIB per capita: R\$ 22.142,56 (2020)

PIB do município: R\$ 2.738.680.000

Agricultores com CAF/DAP: 2.058

Repasse do FNDE para o PNAE: R\$ 1.145.058,00 (2022)

Percentual de área coberta com internet: 21,22%



Atualmente com uma população de 115.669 habitantes, possui cerca de 2.476 estabelecimentos rurais, sendo 1.802 (72,78%) destes, pertencentes à agricultura familiar. No ano de 2022, o FNDE repassou ao município R\$ 1.145.058,00 destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo que a estimativa de uso para o programa, de acordo com a nova lei de compra da agricultura familiar, deve girar em torno de 343.517,40 (cerca de 30%).

A região teve início quando o Rei de Portugal determinou a instalação de uma Estação Fiscal de Registro da Lagoa Feia, no ano de 1873, surgindo o então arraial que inicialmente era chamado de Couros. Muitos negros vindos do Arraial Santo Antônio do Itiquira, buscaram refúgio de uma epidemia de Febre Amarela e Malária que aconteceu na região próxima, ocupando o que hoje se trata do centro de Formosa. Em 1844 foi elevada à município e em 7 de setembro de 1877 foi categorizada como cidade com o nome de Formosa da Imperatriz, em homenagem à Imperatriz Tereza Cristina de Bourbon, sendo conhecida com o passar dos anos apenas como Formosa.

O turismo natural é uma atividade de grande importância para o município, com grande riqueza natural, muitas cachoeiras e dentre elas destacando-se a cachoeira do Itiquira, localizada a 34 quilômetros do centro da cidade é umas das mais altas da América Latina, com 168 metros de altura

de queda livre, possui 42 sítios arqueológicos catalogados pelo IPHAN. Com relação à agropecuária, a economia do município movimentou, no ano de 2020, cerca de R\$191.742.230 do PIB total do município, que é reconhecido principalmente pela produção de grãos de grandes culturas, como soja, milho e feijão.

Observatório de Compras Institucionais*

O projeto Observa-CI (Observatório de Compras Institucionais), surgiu em parceria com a FAP-DF em 2022 e compõe a primeira fase de um grande projeto desenvolvido pelo CEGAFI-UnB (Ação RIDESAN DF+). Tem como foco inicial, o diagnóstico do cenário de comercialização de alimentos produzidos a partir da agricultura familiar (oferta e demanda), principalmente no que se refere ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído pela Lei N° 11.947/2009, cujo o gerenciamento é atribuído ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e o Programa de Aquisição de Alimento, (PAA), da Lei N° 10.696/2003, ambos com finalidades de promover o acesso à alimentação e o incentivo à agricultura familiar.

A partir de um sistemático e denso levantamento de dados de produção familiar local (municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno – seis no total – pertencentes aos estados de GO, MG e DF), gerados por plataformas governamentais de acesso público, e da demanda dos órgãos e entidades executoras municipal, por força da lei 11.947/2009, Art. 14, devem destinar no mínimo, 30% dos recursos advindos do FNDE, na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, pretende-se a articulação entre atores sociais e institucionais (Secretaria de

* Programa FAPDF Learning – Processo nº 00193-00002592/2022-61 – Observatório de Compras Públicas

Educação dos Estados e Municípios), responsáveis pelo desenvolvimento de todas as condições de execução, de acordo e a partir do que a legislação determina.

A partir disso, espera-se como produto, dossiês completos dos municípios com dados gerais e específicos (PNAE/PAA e PRONAF), identificando potenciais socioeconômicos para os agricultores, que contribuirão na criação de uma plataforma de autodeclaração colaborativa a fim de fortalecer uma rede de cooperação direta beneficiando agricultores familiares e garantindo maior segurança alimentar.



Fonte: Freepik

¹ Disponível em: [L11947 \(planalto.gov.br\)](https://planalto.gov.br)

² Disponível em: [Temp93 \(camara.leg.br\)](https://camara.leg.br)

Agricultura Familiar (AF) no Município

2.476	
Estabelecimentos Rurais no Município	
A.F	Não AF
1.802	74
72,78%	27,22%

313.255 ha	
Área total dos estabelecimentos Rurais	
A.F	Não A.F
53.938 ha	259.316
17,22%	82,78%

18,54%
dos estabelecimentos rurais da AF
recebem Assistência Técnica e
Extensão Rural (ATER)

1.234
Estabelecimentos da reforma
agrária/assentamentos
49,84% dos estabelecimentos
rurais

21,22%
percentual da área coberta com
internet no município



Valores Brutos comercializados dos produtos da Lavoura Permanente

Uva**: R\$ 300.000	Abacate: R\$ 114.000	Banana**: R\$ 539.000
Coco-da-Baia: R\$ 148.500	Goiabada: R\$ 244.000	Manga: R\$ 50.000.000
Limão: R\$ 99.000	Maracujá: R\$ 143.000	Tangerina*: R\$ 982.000

Valores Brutos comercializados dos produtos da Lavoura Temporária

Tomate: R\$ 18.378.000	Mandioca: R\$ 6.143.000	Feijão em Grão**: R\$ 54.673.000
Milho em Grão**: R\$ 84.881.000	Soja em Grão*: R\$ 135.474.000	Sorgo em Grão: R\$ 1.622.000
Cana-de-açúcar: R\$ 7.619.000	Trigo em Grão: R\$ 7.500.000	

* Primeiro em quantidade
** Secundários

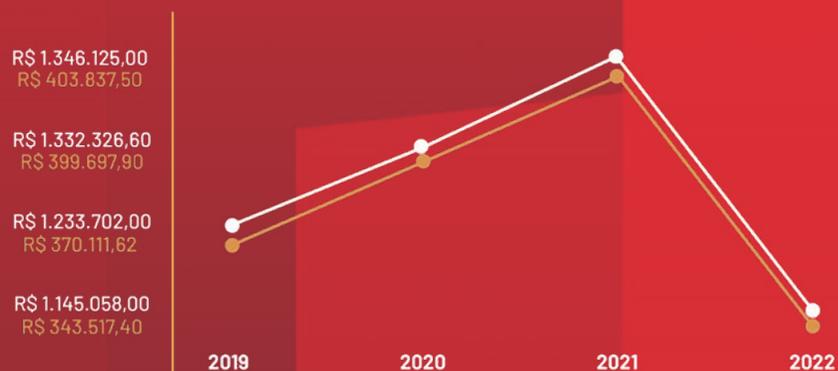
Fonte: PAM - Produção Agrícola Municipal

A demanda de alimentação no município de Formosa

PNAE - Quantidade de alunos e valores individuais por serviço de educação no ano letivo*



Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Compras da Agricultura Familiar



Percentual executado pelo município nas compras da agricultura familiar: 84,5% (2019), 28,10% (2020) e 15,9% (2022). Não há dados disponíveis para 2021.

*Calculado com base em 200 dias letivos ao ano.

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos



População inscrita no Bolsa Família
Mapeamento: 11.303



Hospital / UPA público
UPA: 1
Hospital: 1

4 projetos executados (2022) - Encerrado

2 projetos em execução (2024)
Valor formalizado: 499.803,58
Valor executado: 150.454,88

*Não há dados de valor executado no site da Conab relativo aos projetos encerrados

Número de AF com CAF/DAP



2.058 agricultores familiares
Ativos: 381
Inativos: 1.677



Cooperativas e associações
Organizações: 20
Associações: 15
Cooperativas: 04
Instituto: 01

Compras públicas



Hospital Público/ UPA
Dado primário: 2



Forças Armadas



Penitenciárias e Cadeias Públicas



Institutos e Universidades/RUs



Equipamentos Públicos para compras públicas/administrativas
Prefeitura, Fóruns, INSS, Câmara Municipal e outros

Fontes: <https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar>
Pesquisa de Orçamento Familiar - POF
Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD

A importância das compras públicas para a agricultura familiar

A agricultura familiar desempenha um papel vital para a segurança alimentar, gerando empregos e desenvolvimento rural sustentável, enquanto as compras públicas fornecem oportunidades justas de comercialização promovendo e agregando valor à agricultura familiar. É o que constatou o recente estudo publicado pelo IPEA que analisou os impactos decorrentes da compra de produtos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em todo Brasil.

Os resultados indicam que o PNAE acrescentou 32,6% no Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) dos agricultores familiares, e que impactou mais ainda os estabelecimentos familiares com menor VBP, trazendo um aumento de 64,5% (PAULA et al, 2023). As compras públicas podem ainda gerar maior impacto com a publicação do decreto nº 11.476/2023, que em seu Art. 4º estabelece que no mínimo 30% da aquisição de gêneros alimentícios da administração pública federal deverão ser oriundos da agricultura familiar e suas organizações. É um consenso que as compras públicas favorecem o desenvolvimento local considerando que tanto os produtos, como os recursos financeiros, permanecem no município, gerando uma dinâmica econômica positiva, evitando a fuga de capital do município e potencializando o mercado local.

Apesar dos vários desafios encontrados pela agricultura familiar para acessar as políticas públicas de aquisição de alimentos, destaca-se o reconhecimento obtido pela produção da maior parte dos alimentos que vão à mesa do brasileiro, na geração de vagas de emprego e por ser a base da economia em 90% dos municípios até 20 mil habitantes no Brasil.

Segundo estudo da Universidade Federal Fluminense, a desnutrição pode ocasionar danos permanentes no desenvolvimento do cérebro e na capacidade cognitiva das crianças e adolescentes. Em um universo de 33 milhões de pessoas vivendo em insegurança alimentar (Rede PENSSAN, 2022), as compras públicas podem assegurar um futuro promissor às crianças e adolescentes, proporcionando alimentação fresca, saudável, equilibrada e diversificada, além do fomento ao desenvolvimento sustentável por meio da inclusão da agricultura familiar no mercado das compras públicas.

Referências Bibliográficas

PAULA, Silvio da Rosa; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; SILVA, Sandro Pereira; ALVES, Fabio; VALADARES, Alexandre Arbex. A inserção da agricultura familiar no programa nacional de alimentação escolar : impactos na renda e na atividade produtiva. Brasília: Ipea, maio, 2023. 38 p. (Texto para Discussão, 2884). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td-2884-port>.

Rede PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar - PENSSAN. — São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert, 2022.